



LUCAS CALIARI PEREIRA

**BOLSONARO E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA NO BRASIL**

**LAVRAS-MG
2023**

LUCAS CALIARI PEREIRA

**BOLSONARO E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Curso de Administração
Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Profª. Dra. Camila Maria Risso Sales
Orientadora

LAVRAS - MG
2023

SUMÁRIO

Resumo	4
Introdução	5
2. Referencial Teórico	7
2.1 Cidadania e políticas sociais no Brasil	7
2.2 O Programa Bolsa Família	10
2.3 A ascensão das novas mídias: Um campo fértil para o neopopulismo	13
3. Metodologia	
4. Discussão e Resultados	17
4.1 O Bolsa família através das declarações de Bolsonaro antes da campanha eleitoral de 2018	17
4.2 A Campanha eleitoral de 2018: Um ponto de inflexão no discurso de Bolsonaro	21
5 Considerações Finais	25

Resumo

Nos últimos anos, vários estudos têm se dedicado a analisar a cobertura da mídia em relação às Políticas Públicas no Brasil. Essas análises têm buscado compreender como o posicionamento midiático influencia na formação da opinião pública e na construção da agenda política.

Através desses estudos, busca-se compreender como a mídia influencia as percepções da sociedade sobre as políticas públicas e, conseqüentemente, os resultados das políticas implementadas. Além disso, tem sido investigado como a mídia pode ajudar a construir a agenda política, influenciando as pautas discutidas pelos governantes e as decisões políticas tomadas.

Tendo como pressuposto básico a máxima da intervenção da mídia na formação da opinião pública, evidenciados em trabalhos como o de Capella e Brasil (2018), a presente pesquisa se propôs a realizar uma análise das declarações feitas pelo ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro sobre o Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda. Para o levantamento dos dados relevantes à pesquisa, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2007), objetivando identificar e analisar declarações de Bolsonaro referentes aos programas de transferência de renda na Câmara dos Deputados, redes sociais e websites de notícias.

O objetivo foi identificar como os programas de transferência de renda foram caracterizados por Bolsonaro em suas declarações, assim como identificar se houve mudança na postura do ex-presidente em relação aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, programa que se tornou uma referência mundial no ramo das políticas públicas sociais.

Introdução

Criado no Brasil no ano de 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Bolsa Família (PBF) foi uma política pública de transferência condicionada de renda que nasceu com o objetivo de minorar a pobreza, através da interrupção de seu ciclo intergeracional (SEN, 2005).

Substituído em novembro de 2021 pelo Auxílio Brasil, o PBF se consolidou ao longo das últimas décadas como uma das mais importantes políticas públicas do País. Sendo replicado em diversos outros países, após o reconhecimento internacional de seus resultados e potencialidades.

Resultados estes, que podem ser observados em inúmeros estudos que evidenciam o impacto positivo oferecido pelo PBF na vida das beneficiárias (os), em áreas como educação, saúde, alimentação, renda, dentre outras (Soares e Sátyro, 2009, Hoffman, 2013; Paiva et Al., 2021; Carvalho, Almeida e Jaime, 2014; Rego e Pinzani, 2014).

Muitos estudos dos campos da Ciência Política, Comunicação e Políticas Públicas, se propõem a analisar a relação existente entre a mídia e a política. Tendo em vista o papel de centralidade que a mídia detém nas dinâmicas sociais das sociedades contemporâneas (Thompson, 1998).

Tendo em vista que os períodos de campanha e eleição política envolvem a disputa de muitos grupos de interesse, é muito comum que haja, neste momento, a atuação da mídia na construção de imagens que influem na manutenção da opinião pública sobre políticas públicas.

Apesar disso, a maioria das abordagens da academia são centradas em períodos decisórios, ou eleitorais, deixando de lado outros períodos que se relacionam diretamente com a manutenção da imagem sobre políticas públicas.

De acordo com Miguel (2002), os meios de comunicação influenciam diretamente na política contemporânea. Dessa forma, apresenta-se um novo espaço de disputa, que apesar de se relacionar e estar subordinado ao modo tradicional de se fazer política, apresenta novas regras e táticas de competição.

Trabalhos como o de McCombs e Shaw (1972), evidenciam esta dinâmica, tornando visível a influência da mídia sobre a formação e manutenção da opinião pública em um período onde os meios de comunicação ainda caminhavam em aspectos como alcance, e diversidade.

Freitas (2007), Fagnani (2011) e outros autores, apresentam fortes evidências de uma grande expansão da proteção social no período que cobre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) - em especial, nos primeiros dois mandatos do ex-Presidente Lula (2003-2011). Logo, espera-se que a mídia tenha atuado na formação de imagens acerca das políticas públicas implementadas neste período.

Posto isto, este estudo buscou compreender como o PBF foi retratado pela imprensa brasileira, no contexto do jornalismo declaratório - que usualmente veicula declarações de figuras públicas sobre determinado tema - a partir das declarações do ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro sobre o PBF.

Esta pesquisa, se fundamenta na necessidade de compreender como a mídia repercute declarações acerca de políticas públicas. Assim como analisar como estes meios de comunicação influem na manutenção de imagens. Direcionando esta análise, aos Programa de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF).

Para isto, foram selecionadas notícias a partir dos resultados disponibilizados pela ferramenta Google Search, que retornou resultados de diferentes bancos de dados digitais de diversos jornais e revistas. Além disso, também foram coletadas declarações de Bolsonaro na Câmara dos Deputados e em sua rede social Twitter. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 2007).

A linha do tempo dos dados analisados cobre a época onde Bolsonaro ocupava o cargo de Deputado Federal, pelo Rio de Janeiro, na Câmara dos Deputados (1991 à 2018), o período de campanha eleitoral em 2018, até o final de 2020, que corresponde ao segundo ano de mandato de Bolsonaro como Presidente da República.

Dentre os objetivos secundários, destaca-se a identificação de quaisquer alterações no discurso do presidente Jair Bolsonaro em relação ao Programa Bolsa Família (PBF), bem como a compreensão dos motivos que podem ter impulsionado tais mudanças.

Espera-se que esta análise possa contribuir para o debate atual acerca da complexa relação existente entre mídia e política, sobretudo em uma perspectiva crítica, elucidando o processo de formação de imagens acerca de políticas públicas significativas, como no caso do PBF.

Ademais, a presente pesquisa busca também contribuir para uma melhor compreensão dos efeitos do discurso presidencial sobre a opinião pública e as decisões políticas relacionadas a programas sociais.

2. Referencial Teórico

2.1 Cidadania e políticas sociais no Brasil

A clássica obra do sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall, foi uma das maiores influências para a construção do conceito de cidadania nas sociedades contemporâneas. Para o autor, a cidadania corresponde à possibilidade de acesso pelas pessoas a um conjunto de direitos em três esferas: civil, política e social (Marshall, 1967).

De acordo com Marshall (1967) o campo dos direitos civis, é composto por direitos fundamentais à liberdade individual, “liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, de pensamento e fê, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça” (p. 64). O segundo conjunto de direitos, políticos, corresponde ao direito de “participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor de membros de tal organismo” (p. 64). Já os direitos sociais, possuem um significado mais amplo, sendo definidos, pelo autor, da seguinte maneira:

O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Paralelamente à apresentação destes elementos, Marshall discute o processo de surgimento dos direitos, e os eventos que desencadearam a conquistas destes pela sociedade. Deste modo, o autor propõe que é possível traçar uma ordem cronológica de eventos ocorridos no cerne da sociedade inglesa, responsáveis pela conquista dos direitos civis, seguido pelos direitos políticos, e, posteriormente, pelos direitos sociais.

No Brasil, entretanto, as condições foram diferentes. Neste sentido, Carvalho (2002) argumenta que as peculiaridades históricas, políticas e sociais brasileiras foram responsáveis por uma inversão da ordem descrita por Marshall.

Por aqui, primeiro foram alcançados os direitos sociais, seguidos dos direitos políticos, e civis, respectivamente. Culminando em uma cidadania incompleta, marcada pela supressão de direitos durante o período ditatorial.

Além disso, para o autor, o avanço da cidadania no País não decorreu da conquista de direitos por uma sociedade civil organizada e envolvida politicamente, mas sim pela concessão destes direitos pelo Estado. Configurando o que ele chamou de “estadania”.

Anteriormente à década de 1980, as políticas sociais, não possuíam caráter público e universalista. Para Santos (1987), a era Vargas (1930-1945) inaugurou os direitos sociais no País. Entretanto, o Estado só reconhecia o acesso às pessoas inseridas no mercado de trabalho formal.

Dessa forma, aqueles que possuíam profissões que não eram regulamentadas - a exemplo dos trabalhadores rurais - eram excluídos do acesso aos direitos, configurando o que o autor denominou de “cidadania regulada”.

Durante o período ditatorial no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985, houve uma grande repressão dos direitos no País. Com grandes retrocessos, principalmente em relação aos Direitos Civis e Políticos.

De acordo com o historiador Daniel Aarão Reis (2014), dentre os principais direitos que foram violados durante esse período, destacam-se: a suspensão do habeas corpus, a censura à imprensa, a proibição de manifestações políticas e culturais, a cassação de mandatos eletivos, a perseguição e prisão de opositores políticos, além da instituição do AI-5 (Ato Institucional nº 5), que permitiu a suspensão de direitos e garantias fundamentais, como a liberdade de expressão, de associação e de reunião.

Segundo Reis (2014), a supressão desses direitos representou um período sombrio da história brasileira, que deixou marcas profundas na sociedade e na cultura política do país. O restabelecimento da democracia em 1985 trouxe consigo a necessidade de lidar com o legado autoritário, buscando reparar os danos causados pela ditadura e reafirmando o compromisso com a defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas. Venturosamente, a Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988 (CF88), trouxe várias conquistas no campo dos direitos humanos e sociais.

Em relação aos direitos sociais, destaca-se a inclusão da proteção social como responsabilidade do Estado, promovido pelo Art. 6º da Constituição Federal. De acordo com o referido artigo “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, CF, 1988).

Além disso, a CF88 descentralizou as responsabilidades do governo federal, na medida que atribuiu aos estados e municípios maior autonomia no desenvolvimento e manutenção de políticas públicas (Bichir, 2010, p. 3). Posto isto, diversos autores reconhecem a CF88 como um grande marco no que concerne a ampliação dos direitos e seguridade social no Brasil.

De acordo com Castro e Cardoso Jr. (2009), a constituinte trouxe muitas modificações nas políticas de previdência, saúde e assistência social, ampliando o acesso da população a determinados direitos e serviços públicos.

Em concordância com esta lógica, Satyro (2014) afirma que estas mudanças configuram uma conquista inédita na trajetória histórica do País, considerando que antes da CF88, o Brasil possuía uma cultura de institucionalização da desigualdade.

Em 1993, houve a edição da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas, Lei No 8.742) que institucionalizou um novo sistema de assistência social. De acordo com Coutinho (2013) a edição “disciplinou a operação e a gestão dos benefícios, serviços, programas e projetos e especificou os objetivos da assistência social”. De forma a contribuir para a consolidação do Estado de Bem-Estar social (do inglês “Welfare State”) brasileiro.

Entretanto, outros autores defendem que, por mais que o Brasil tenha experienciado uma ampliação de conquistas de direitos da década de 1980 em diante, estas, por si só não configuram, na prática, o acesso aos direitos por toda a população. Neste sentido, Telles (1993, p.4) afirma:

[...] é preciso que se diga que os avanços são frágeis e as conquistas são difíceis numa sociedade regida por uma gramática social muito excludente, em que o eventual atendimento de reivindicações está longe de consolidar direitos como referência normativa nas relações sociais[...].

A dinâmica da luta por direitos sociais e políticos é complexa e multifacetada, envolvendo diversos atores sociais e institucionais. Nesse sentido, é possível constatar que, mesmo diante das importantes conquistas obtidas ao longo do tempo, tais como a ampliação dos direitos civis e políticos, os avanços sociais ainda são precários e muitas vezes temporários.

Em 2019, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), apresentou dados que situam o Brasil na 84ª posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano e em 2º lugar entre os países com as maiores desigualdades de renda ao redor do mundo (Conceição, 2019).

Posto isto, a despeito das conquistas atingidas no campo dos direitos sociais, é evidente que são necessários muitos esforços para conter as desigualdades que assolam a sociedade Brasileira a fim de se construir um país mais justo e igualitário.

Ademais, as desigualdades socioeconômicas que persistem no Brasil têm sido uma fonte constante de tensão social e de instabilidade política, exigindo ações mais efetivas por parte do Estado e da sociedade civil para que sejam superadas.

Para tentar combater um problema que atinge determinado grupo social, ou a sociedade como um todo, o Estado e a população precisam, primeiramente, reconhecer a problemática como algo que deve ser enfrentado.

Para Peters (1986), as Políticas Públicas se definem como um conjunto de ações estatais, realizadas por agentes políticos que alteram a realidade de uma determinada localidade e influem diretamente na vida das pessoas.

De acordo com Easton (1965), as políticas públicas devem ser entendidas como um sistema que sofre intervenção (inputs) da mídia, dos partidos e dos grupos de interesse, que intervêm no processo de tomada de decisão e influenciam os resultados obtidos pelas políticas públicas.

2.2 O Programa Bolsa Família

Criado no Brasil em 2003, durante a gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Bolsa Família (PBF) foi uma política pública de transferência condicionada de renda que nasceu a partir da unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Políticas públicas que foram implantadas durante o governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso (Campello, 2013).

De acordo com Fizbein e Schady (2009, apud Nazareno e Vasconcelos, 2015, p. 2) os programas de transferência condicionada de renda, como o PBF, são políticas públicas surgidas em países subdesenvolvidos da América Latina durante a década de 1990, visando minorar a pobreza e interromper o seu ciclo intergeracional, através da imposição de condicionalidades para o acesso a transferências financeiras.

Após diversos trabalhos que atestam a eficiência das políticas de transferência condicionada de renda, elas passaram a ser implementadas em vários outros países. Entretanto, seu uso não ficou restrito aos países subdesenvolvidos, de forma que, atualmente, 64 nações utilizam as políticas de transferência condicionada de renda (Paiva et Al., 2021).

Desde a sua criação, o PBF objetivou diminuir a situação de pobreza extrema presente na vida de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através da transferência condicionada de parcelas mensais em dinheiro.

Por sua vez, as condicionalidades impostas para o recebimento das transferências objetivaram estimular o acesso à saúde e educação pelas beneficiárias (os). De modo a interromper o ciclo intergeracional da pobreza (Campello, 2013).

Desta forma, além de aumentar o poder de compra destas pessoas momentaneamente (por meio das transferências) o programa estimulou a emancipação destes indivíduos através de suas condicionalidades.

Neste sentido, Kerstenetzky (2009) e outros autores defendem que o PBF pode ser visto como uma expansão dos programas de transferência de renda criados anteriormente. À medida que expande os objetivos consolidados nas políticas pré-existentes, fixando sua cobertura a nível nacional.

Substituído em 2021 pelo Auxílio Brasil, o PBF se consolidou nas últimas duas décadas como o maior programa de transferência de renda do mundo, beneficiando mais de 14 milhões de famílias (MC, 2021) em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, o programa é considerado um caso de sucesso no ramo das políticas sociais internacionalmente, sendo conhecido e replicado em outros países, tornando-se uma referência no ramo das políticas sociais.

Em relação aos seus efeitos, diversos estudos buscaram investigar os benefícios e limitações do Bolsa Família nas mais variadas esferas (Soares e Sátyro, 2009, Hoffman, 2013; Paiva et al., 2021, Carvalho, Almeida e Jaime, 2014). Hoffman (2013) demonstra por meio de análises estatísticas, que o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foram responsáveis por uma parcela de 15,0% a 20,0% no índice da redução da desigualdade de renda observado durante o período de 2001 a 2011 no País.

Paiva et al. (2021) encontraram evidências na educação básica, que evidenciaram uma relação direta entre o acompanhamento das condicionalidades do PBF, a diminuição das taxas de abandono e aumento das taxas de progressão escolar.

Carvalho, Almeida e Jaime (2014) buscaram revelar a repercussão do Bolsa Família no que concerne o acesso à saúde por seus beneficiários, em municípios da região nordeste do Brasil. Para isto, foram coletadas e apresentadas as percepções dos próprios profissionais da linha de frente das Unidades de Saúde da Família (USF) em relação aos efeitos do acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF.

Este acompanhamento foi responsável por aumentar a demanda dos serviços oferecidos pelas USF. Aproximando as famílias aos serviços de saúde, como a vacinação, o acompanhamento da saúde alimentar, pré-natal, dentre outros.

Estes e diversos outros estudos, evidenciam o impacto positivo oferecido pelo PBF na vida dos beneficiários, em áreas como educação, saúde, alimentação e renda. Além de comprovarem o direcionamento favorável do PBF para a minoração da exclusão social à população de baixa renda.

Não obstante, a obra "Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania" de Rego e Pinzani (2014) apresenta um estudo aprofundado sobre a percepção das (os) beneficiárias do programa Bolsa Família, além de discutir a importância e os desafios da assistência social no Brasil.

Segundo os autores, o Bolsa Família é visto como uma importante política pública de transferência de renda, que busca reduzir a pobreza e a desigualdade social no país. No entanto, eles alertam para a presença de uma visão elitista na sociedade brasileira, que muitas vezes desvaloriza as políticas sociais e atribui grande importância moral ao trabalho.

A visão elitista presente na sociedade brasileira, destacada por Rego e Pinzani (2014), reflete uma concepção que considera a pobreza como resultado da falta de esforço e de dedicação individual. Nessa perspectiva, os programas de assistência social são vistos como incentivos à preguiça e à acomodação, e não como medidas efetivas de combate à desigualdade social.

No contexto do Bolsa Família, essa visão elitista pode ser identificada em críticas que enfatizam a suposta falta de contrapartida dos beneficiários e a alegação de que o programa cria uma cultura de dependência. No entanto, os estudos apresentados por Rego e Pinzani (2014) apontam para uma realidade mais complexa e contraditória, em que a assistência financeira proporcionada pelo programa é fundamental para garantir a sobrevivência de muitas famílias, mas não necessariamente impede a busca por emprego e a busca por outras formas de geração de renda.

Em relação às críticas e limitações do PBF, Simões e Soares (2012) demonstraram serem infundadas as hipóteses de que o programa pudesse aumentar a taxa de fecundidade de suas beneficiárias. Enquanto Tavares (2010), não encontrou evidências de que o PBF pudesse desencorajar o ingresso das (dos) beneficiárias (os) no mercado de trabalho.

Outras críticas caracterizam o PBF como uma política pública de viés clientelista, a serviço de interesses eleitorais. Entretanto, Bichir (2010) defende que tais afirmações devem ser avaliadas com cautela, dada a complexidade existente na relação entre as políticas de combate à miséria e o comportamento dos políticos que as implementaram, além do forte contexto de desigualdade social existente no Brasil que motivaram a criação do PBF.

Não obstante, Bichir (2010), aponta para a necessidade de propiciar maior articulação entre programas de transferência condicionada de renda com outras políticas sociais de escopo mais amplo, para aumentar seu impacto social.

2.3 A ascensão das novas mídias: Um campo fértil para o neopopulismo

Formulada originalmente por McCombs e Shaw (1972), a teoria Agenda-setting, ou teoria do agendamento, estabeleceu a hipótese da influência da mídia sobre a opinião pública. Em seu artigo ‘The agenda setting function of mass media’, os autores confirmaram através de dados quantitativos que, os veículos de comunicação de massa possuem um grande poder de pautar os assuntos da esfera pública.

Dessa forma, apesar da mídia não possuir a habilidade de formar a opinião pública, a mesma exerce papel preponderante sobre os temas e assuntos que estão presentes no debate público.

De acordo com Capella e Brasil (2018), nos últimos anos, as pesquisas sobre a teoria do agendamento (Agenda-setting) vem tentando desvendar aspectos da correlação existente entre a agenda midiática (media agenda-setting), a agenda pública (public agenda-setting) e a agenda das políticas públicas (policy agenda-setting).

Analisando as considerações de Kingdon sobre esta complexa interação, Capella (2005), afirma que apesar da mídia não possuir o poder de moldar diretamente a agenda de políticas públicas, sua interferência na formação do debate e opinião pública influi diretamente sobre os participantes do processo decisório de políticas de estado.

Mesmo que não desempenhe um papel preponderante no processo de agenda-setting, a mídia tem enorme importância ao amplificar questões relacionadas à agenda já estabelecida, por vezes acelerando seu desenvolvimento ou ampliando seu impacto (Capella, 2005, p. 17).

Para Deboard (1991), as sociedades contemporâneas estariam profundamente fundamentadas na teatralidade e simulacro. De forma que seria inconcebível a existência de relações sociais que não aquelas mediadas pela produção de imagens. Estas imagens simuladas, por sua vez, teriam uma essência fundamentalmente ilusória em relação a tudo e todas as coisas, com o propósito de atingir objetivos diversos.

Esta manutenção de imagens pode ser claramente observada em campanhas políticas, onde diversos candidatos buscam veicular uma identidade pública que desperte o desejo de voto em seu eleitorado.

Ademais, a crescente popularização dos meios de comunicação e recursos baseados em internet vem gerando diversas transformações em todas as esferas das sociedades contemporâneas, de forma que, atualmente, é impossível pensar uma política que esteja à parte das dinâmicas propiciadas pelos novos veículos de comunicação de massa, como as redes sociais, por exemplo.

Segundo Mazzoleni (2014), a midiaticização é um processo marcado por mudanças sociais, caracterizado pela influência central da mídia em todas as esferas e relações da sociedade.

A Midiaticização da política, por sua vez, estabelece novas formas de relacionamento entre os atores políticos e a sociedade por meio de recursos de comunicação que amplificam o contato entre líderes políticos e a sociedade.

Para Mazzoleni (2014), este processo é responsável por estabelecer um campo fértil para o neopopulismo baseado em redes sociais. Este fenômeno é caracterizado pela proeminência da figura de um líder político - Geralmente em antagonismo às instituições democráticas - e pela massiva construção de narrativas, muitas vezes simplistas e emocionalmente apelativas, veiculadas por meio de ferramentas de comunicação instantânea.

Cientes do impacto exercido pelas mídias na formação de opinião do eleitorado, os líderes neopopulistas se tornaram especialistas em mídias e redes sociais. Assimilando aquilo que interessa ou não ao meio midiático, e valendo-se deste conhecimento adquirido para voltar a atenção pública para si mesmos.

Dessa forma, não é incomum que políticos explorem a voracidade da mídia por acontecimentos de entretenimento, utilizando-a para atingir seus próprios interesses. Além disso, o estilo jornalístico dos tabloides possui papel fundamental na ascensão de movimentos ou líderes populistas (Mazzoleni, 2014).

O jornalismo “tabloidizado” surgiu em meados do século XX e preza pelo sensacionalismo e entretenimento em detrimento de informações baseadas em fontes idôneas ou científicas, que sustentem ou legitimem as informações apresentadas (CHAGAS, 2017). No Brasil, um tipo de jornalismo semelhante aos tabloides se popularizou nas últimas décadas: o jornalismo declaratório.

Para Oliveira (2018), o jornalismo declaratório é um gênero jornalístico que usualmente cobre declarações de apenas uma fonte de informação, e ao contrário do jornalismo investigativo, geralmente não conta com uma investigação ou confronto de narrativas sobre aquilo que se propõem a apresentar.

[...] O jornalismo declaratório é definido por uma série de fatores, mas o que mais evidencia sua forma nociva é dar voz a um agente (ator) que diz ter uma informação importante e relevante sobre outra pessoa, sendo figura de relevância política ou social (Oliveira, 2018).

Deste modo, é possível afirmar que o jornalismo declaratório preza pelo entretenimento e rapidez na produção de conteúdo, em vista da qualidade e legitimidade das informações veiculadas. Podendo servir como instrumento midiático para a propagação de notícias falsas e manobras políticas.

[...] O jornalismo declaratório aflora quando os jornalistas e veículos de comunicação não têm informações ou tempo suficientes para uma apuração mais criteriosa” (Oliveira, 2018).

Pode-se afirmar ainda que a mídia não é um agente passivo e imparcial durante este processo, pois, à medida que trata de temas de interesse da esfera pública, vincula, e/ou omite informações, com o objetivo de defender e legitimar seus próprios interesses institucionais (Champagne, 1996).

Leite, Fonseca e Holanda (2019) analisaram publicações sobre o Bolsa Família nos sites da Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, referentes ao período de 2003 a 2017. Apesar dos jornais elogiarem o programa em diversas ocasiões, as citações de valor pejorativo apareceram com maior frequência, justamente em momentos relevantes da arena política, como os anos eleitorais, por exemplo.

Jair Messias Bolsonaro nunca foi avesso aos holofotes. Tendo emitido diversas declarações públicas emocionalmente apelativas, Bolsonaro sempre lançou mão de várias estratégias para participar do espetáculo midiático da Sociedade Brasileira, sendo bem sucedido em construir uma base eleitoral que lhe rendeu o cargo de Presidente da República durante as eleições presidenciais de 2018.

Cioccari e Ezequiel analisaram as declarações de Bolsonaro durante o período em que este era Deputado Federal. Para os autores, suas declarações na Câmara dos Deputados caracterizam discurso de ódio. Um discurso que “incita a discriminação, hostilidade e violência” através de aspectos que são passíveis de discriminação, tais como gênero, religião, orientação sexual, nacionalidade, dentre outros (2017, p. 210).

Tendo como pressuposto básico a máxima da intervenção midiática na formação da opinião e debate público, evidenciados em trabalhos como o de Mccombs e Shaw (1972),

Capella e Brasil (2018), dentre outros, esta pesquisa se propôs a realizar uma análise comparativa da cobertura midiática sobre o programa Bolsa Família, no contexto do jornalismo declaratório, a partir de declarações feitas pelo ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

3. Metodologia

A presente pesquisa possui natureza qualitativa, uma vez que investiga aspectos subjetivos de uma determinada realidade, de maneira ampla (GODOY, 2014). Além disso, se caracteriza como uma pesquisa exploratória, com o intuito de melhor compreender, em profundidade, um fenômeno ainda pouco estudado anteriormente, através da análise de dados primários, obtidos através da busca de declarações em websites de revistas e redes sociais.

Godoy (2014), descreve a pesquisa qualitativa da seguinte maneira:

“A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada” (2014, p. 58).

Para a coleta e tratamento dos dados relevantes à pesquisa, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 2007). Para a constituição do corpus da pesquisa o primeiro passo foi realizar a seleção dos textos a partir do banco de dados digital de diferentes jornais, revistas e do perfil pessoal de Bolsonaro na rede social Twitter. De acordo com Bardin, “O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (1977, p. 96).

Ainda durante a fase de pré-análise, seguiu-se as recomendações de Bardin (1977), para a construção de uma amostra ampla, mas que contemplasse as seguintes regras:

1. Regra da exaustividade: uma vez definido o corpus de pesquisa, se faz necessário analisar todo o seu conteúdo (BARDIN, 1977, p. 97);

2. Regra da representatividade: A análise deverá ser realizada desde que a amostra seja “uma parte representativa do universo inicial” (BARDIN, 1977, p. 97)

3. Regra da homogeneidade: Os critérios de seleção dos textos devem ser os mesmos, não representando “demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (BARDIN, 1977, p. 98).

4. Regra da pertinência: Os documentos selecionados devem ser relevantes enquanto fonte de informação (BARDIN, 1977, p. 98).

Nesta fase da pesquisa foi possível selecionar 17 citações ao PBF no Twitter pessoal de Bolsonaro (@jairbolsonaro) utilizando a ferramenta de busca avançada da rede social. Os termos pesquisados foram: “bolsa família” e o intervalo examinado cobriu o período de 31 de março de 2010 - data referente a criação da conta - até 11 de novembro de 2020. Para a coleta de notícias midiáticas, foi utilizado a ferramenta de pesquisa Google Search, utilizando os termos: 1) “bolsonaro bolsa família declaração”; 2) “bolsonaro bolsa família crítica”.

Através da ferramenta de pesquisa Google Search foi possível selecionar 23 notícias até que o conteúdo e tema das notícias começassem a se repetir. Os resultados selecionados demonstram uma grande diversidade de bancos de dados de diferentes jornais e revistas, como Folha de São Paulo, Correio Braziliense, Uol, El País, O Globo, Veja, R7, Brasil de fato, Agência Brasil, A Gazeta, dentre outros.

Após a finalização da fase de pré-análise, seguiu-se com a codificação das notícias e tweets em unidades temáticas. A categorização baseou-se na construção de unidades de registro, que podem se referir a uma determinada palavra, tema, ou acontecimento (BARDIN, 2007).

Os dados foram organizados de acordo com a data das publicações, possibilitando agrupar as declarações em três momentos principais: 1) Período anterior à candidatura à Presidência da República; 2) Período de campanha eleitoral; 3) Período após eleger-se ao cargo de Presidente da República.

De acordo com Bardin (2007, p. 33), o objetivo não reside em descrever os conteúdos dos documentos selecionados, mas sim, no que estes poderão nos ensinar após a análise. Assim, a pesquisa seguiu as etapas de descrição, inferência e interpretação, propostas por Bardin, visando compreender melhor como o PBF é retratado pelas declarações de Bolsonaro, bem como pelos veículos de mídia que reproduzem estas declarações.

4. Discussão e Resultados

4.1 O Bolsa família através das declarações de Bolsonaro antes da campanha eleitoral de 2018

Durante os anos em que era Deputado Federal (1991 a 2018), Jair Bolsonaro não poupou críticas ao Programa Bolsa Família. De acordo com Mello (2019), desde 2003, Bolsonaro fez 40 citações ao PBF na Câmara dos Deputados, a maioria delas com teor negativo.

Em 2001, Bolsonaro (PPB-RJ) foi o único Deputado, entre 380, que votou contra a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O fundo foi um dos pilares dos programas de transferência de renda condicionada, como o Programa Bolsa Escola, que posteriormente deram origem ao Bolsa Família. Na ocasião Bolsonaro fez a seguinte declaração para justificar sua negativa:

Fui o único a votar contra o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - tomara que eu não seja o único que tenha acertado -, por dois motivos: primeiro, porque traz embutido aumento da CPMF, e nosso povo não aguenta mais pagar impostos; segundo, por ter a convicção de que o combate à fome, à miséria e à violência deve ser exercido por meio de rígida política de controle de natalidade. (Jair Bolsonaro, Câmara dos deputados, 2001).

No ano de 2007, PBF já era uma política pública consolidada. Em um discurso na Câmara dos Deputados, Bolsonaro fez a seguinte afirmação sobre o programa:

O PT tem ambição pelo poder e praticamente fechou questão no tocante à lista fechada. Tudo pelo poder! Ele tem um eleitorado diferente do nosso. A massa eleitoral do PT são aquelas pessoas que vivem do Bolsa Família, são ligadas ao MST, ao movimento pela redução da maioria penal, pelos direitos humanos, como discursou um deputado há pouco, aos presidiários. Então, todos os vagabundos, mais aqueles que não raciocinam, que pensam apenas com o estômago, apoiam o PT. Não tenho dúvida disso. (Jair Bolsonaro, Câmara dos deputados, 2007).

Aqui fica explícito a desaprovação de Bolsonaro ao PBF, aos Direitos Humanos e a outros movimentos sociais, como o MST. Destaca-se o argumento de que o PBF serviria a interesses políticos do Partido dos Trabalhadores e a deslegitimação de problemas sociais como a fome e a miséria, no trecho em que Bolsonaro afirma que os eleitores do PT, pensam “apenas com o estômago”.

A afirmativa de “compra de votos” seria utilizada por ele em diversas ocasiões futuramente, em uma tentativa de construir uma narrativa de oposição e diferenciação em relação ao PT. Reforçado por expressões como “O PT tem ambição pelo poder”, “Ele tem um eleitorado diferente do nosso”.

Durante a campanha Eleitoral de 2010 para o cargo de Deputado Federal, Bolsonaro mais uma vez utiliza o argumento de que o PBF serviria como um esquema eleitoral a serviço dos interesses do PT:

O governo federal — o anterior também fazia isto, em parte, mas este agora faz mais — dá para 12 milhões de famílias em torno de R\$ 500 por mês a título de Bolsa Família definitivo, e sai na frente com 30 milhões de votos. Realmente, disputar eleições num cenário desses é desanimador. É compra de votos mesmo! Que bom se o eleitor tivesse o mínimo de discernimento! (Jair Bolsonaro, Câmara dos deputados, 2010).

Aqui é possível perceber um recurso muito utilizado por Bolsonaro para deslegitimar o PBF: a distorção de dados oficiais. Apesar do número de famílias atendidas pelo PBF no ano de 2010 estar de acordo com os dados disponibilizados pelo Governo Federal, a média do benefício no ano de 2010 foi muito inferior ao valor apresentado de R\$ 500,00 estando na faixa de R\$ 95,00 por família beneficiada (PAIVA et al., 2013).

No mesmo ano, Bolsonaro criou uma conta pessoal na rede social Twitter. Um dia depois, ele fez a seguinte postagem fazendo referência ao PBF e ao Golpe de Estado de 1964 (Delgado, 2010):

#debate64 O Bolsa-farelo (família) vai manter esta turma no Poder. (@jairbolsonaro, tweet, 01/04/2010).

Em 2011, um ano após Dilma Rousseff ser eleita ao cargo de Presidência da República, as críticas de Bolsonaro ao PBF se intensificaram. Em discursos na Câmara dos Deputados e em entrevistas para jornais e revistas, o então Deputado Federal afirmou que o programa possuía objetivos eleitorais e que acomodava os mais pobres através de uma política com teor meramente assistencialista:

[...] Aqueles que deveriam ter o apoio do Governo para uma política de planejamento familiar, de paternidade responsável ou até de - o nome é muito certo - controle de natalidade não o têm. Ou seja, quanto mais pobre, miserável e sem cultura, mais gente com título de eleitor na mão para manter no Governo, que o escraviza. Onde nós vamos parar? É a ditadura do proletariado. (Jair Bolsonaro, Câmara dos deputados, 2011).

Alguém tem alguma dúvida que programas assistencialistas, como o Bolsa Família, que acostuma o homem à ociosidade, são um obstáculo para que se escolha um bom presidente? (Jair Bolsonaro durante entrevista concedida à revista Época, 2011).

Eu não admito o Bolsa Família como proposta permanente de ajudar o pobre. Tem que ser transitória. Tem gente que está há nove anos no Bolsa Família e não quer ser empregado. (Jair Bolsonaro durante entrevista concedida ao Uol, 2011).

O argumento de que o PBF possuiria objetivos eleitorais também foi muito usado por Bolsonaro para tentar deslegitimar a relevância do programa. Este argumento, geralmente aparece junto a alguma afirmação falsa sobre os efeitos do PBF.

Durante a declaração concedida em entrevista à revista *Época* e Uol, Bolsonaro questiona o caráter emancipatório do PBF. Entretanto, desde a sua concepção, o PBF teve em seus objetivos principais a promoção da autonomia daqueles (as) que são atendidos pelo programa, em uma tentativa de romper o ciclo intergeracional da pobreza (Campello, 2013).

Ainda em 2011, em uma palestra na Universidade Federal Fluminense, em meio a vaias e xingamentos da plateia Bolsonaro afirmou que “O voto do idiota é comprado com bolsa família”.

No ano seguinte, em 2012 durante uma entrevista para o programa “Brasil em Discussão” do canal Record News, Bolsonaro voltou a utilizar o argumento eleitoral:

“Se eu der R\$ 20 pra você votar em mim, posso perder meu registro, ser cassado. Agora o governo dá para 10 milhões de família de forma vitalícia, R\$ 40 bilhões por ano, e tudo bem. [...] O Bolsa Família é uma mentira, você não consegue uma pessoa no Nordeste para trabalhar na sua casa. Porque se for trabalhar, perde o Bolsa Família”. (Jair Bolsonaro, Brasil em discussão, 2012).

Nesta declaração, Bolsonaro novamente distorce os dados oficiais do Governo Federal em relação ao Bolsa Família para atender aos seus interesses políticos. O valor apresentado de R\$ 40 bilhões no ano de 2012 é 100% maior que o valor oficial de R\$ 20 bilhões investidos no programa no período (SPM, 2012). Além disso, a expressão “de forma vitalícia” ignora a existência e acompanhamento de condicionalidades do PBF para acesso às transferências.

A afirmação de que o PBF poderia funcionar como um sistema de “compra de votos” não encontra respaldo em evidências científicas. Este é um dos mitos que foram derrubados com a consolidação e análise dos efeitos do PBF desde a sua implantação (Campello, 2013).

Outra informação falsa apresentada por Bolsonaro se refere à hipótese de que o PBF poderia aumentar a taxa de fecundidade das beneficiárias. Ao contrário, não foram encontradas evidências que sustentem essa informação (Simões e Soares, 2012). Contrariando esta afirmação, as taxas de fecundidade no Brasil se encontram em declínio, em todas as faixas de renda, como apresentado por Alves e Cavenaghi (2013).

Ademais, as declarações de Bolsonaro ignoram problemas sociais genuínos presentes na realidade Brasileira, como as altas taxas de desemprego e a miséria. Além de evidenciar a discriminação contra extratos sociais historicamente marginalizados. A seguir, apresenta-se alguns tweets feitos em 2014 por Bolsonaro, que evidenciam este posicionamento:

Kit-gay, bolsa família, auxílio-reclusão, bolsa crack...o PT cresce e o trabalhador é taxado e tachado. (@jairbolsonaro, tweet, 24/01/2014).

TRAVESTI RECEBERÁ BOLSA-FAMÍLIA, DESCONTO EM CONTA DE LUZ E ISENÇÃO DE TAXAS EM INSCRIÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS. (@jairbolsonaro, tweet, 11/04/2014).

Estrangeiros já ganham bolsa-família e PEC(PT) aprovada na CCJ prevê direito ao voto a eles. (@jairbolsonaro, tweet, 04/12/2014).

O uso de expressões como "kit-gay, bolsa crack" demonstram uma tentativa de descredibilizar o programa, associando-o a grupos sociais historicamente marginalizados, como a população LGBTQIA+, por exemplo.

A afirmação de que existem estrangeiros recebendo o Bolsa Família e a suposta aprovação de uma PEC que prevê direito ao voto a eles, também pode ser vista como uma estratégia de descredibilização do programa uma vez que busca incitar a ideia de que o Bolsa Família é usado para atender a demandas de grupos "invasores", que não teriam direito de receber ajuda do Estado brasileiro.

Em maio de 2015, durante uma entrevista concedida ao documentarista Carlos Julianos Barros, Bolsonaro afirmou que as beneficiárias (os) do Bolsa Família não contribuiriam em nada para o crescimento do País e apenas serviam para produzir mais filhos, estes que por sua vez, apenas geram custos ao estado:

Uma política de planejamento familiar, acho que só eu falo aqui nessa casa. O cara tem três, quatro, cinco, dez filhos e é problema do Estado, cara. Ele já vai viver de Bolsa Família, não vai fazer nada. Não produz bem, nem serviço. Não produz nada. Não colabora com o PIB, não faz nada. Fez oito filhos, aqueles oito filhos vão ter que creche, escola, depois cota lá na frente. Para ser o que na sociedade? Para não ser nada". (Jair Bolsonaro em entrevista concedida a Carlos Julianos Barros, 2015).

Mais uma vez, às declarações de Bolsonaro contrariam evidências científicas, que sugerem que, para cada real adicional gasto no PBF, haveria um retorno econômico de R\$ 1,78 no PIB (NERI et al., 2013).

4.2 A Campanha eleitoral de 2018: Um ponto de inflexão no discurso de Bolsonaro

Durante a pré-campanha eleitoral em 2017, Jair Bolsonaro ainda mantinha o tom crítico em relação ao PBF. Durante a Festa de Peão em Barretos, Bolsonaro afirmou que

concorrer ao cargo de Presidente da República pressupunha a “demagogia” de elogiar e prometer ampliar o programa de transferência de renda.

Seguindo a lógica discursiva de Bolsonaro, apesar de inúmeras evidências dos benefícios sociais alcançados durante mais de uma década após a implementação do PBF, o programa seria baseado em um esquema destinado à “compra de votos”:

Para ser candidato a presidente tem de falar que vai ampliar o Bolsa Família, então vote em outro candidato. Não vou partir para demagogia e agradar quem quer que seja para buscar voto. (Jair Bolsonaro, em evento de pré campanha eleitoral em Barretos, São Paulo em 26/08/2017).

Não obstante, esta postura não se manteve por muito tempo. Em agosto de 2018, próximo às Eleições Presidenciais, Bolsonaro começou a apoiar o PBF. Em uma entrevista concedida ao programa “Cidade Alerta” no canal televisivo Record, o candidato deu a seguinte declaração:

O programa tem que ser mantido. Ninguém quer perseguir quem recebe Bolsa Família. Eu acho que tem até que manter, tem que aumentar o Bolsa família com recursos de quem vai sair por fraude” (Jair Bolsonaro, Cidade Alerta, 14/08/2018).

Na mesma ocasião, declarou que defender o programa era uma questão humanitária, que deveria ser tratada com muito “carinho”. Entretanto, a declaração contraria a lógica discursiva utilizada por Bolsonaro durante mais de uma década.

Em outubro do mesmo ano, Bolsonaro declarou seu apoio outra vez ao Bolsa Família, caracterizando-o como “essencial” através de um vídeo postado em suas redes sociais. Além disso, prometeu expandi-lo, através da implementação do 13º salário para o benefício. De acordo com Bolsonaro, a expansão do programa se daria graças ao combate às fraudes presentes no programa. Esta afirmação se alinha com a promessa de combate a corrupção, um dos maiores slogans de sua campanha.

Então entra no nosso plano de governo o 13º salário para quem ganha Bolsa Família. Essa despesa a mais vamos tirar da fraude, combatendo a fraude desse programa que, para muita gente, é essencial. Falar em tirar o Bolsa Família é ato de desumanidade. Muito pelo contrário, vamos fortalecer e dar pra quem necessita. Nordeste aquele abraço, muito obrigado. (Jair Bolsonaro, em vídeo postado no Twitter em outubro de 2018).

Aqui, talvez resida uma das declarações mais divergentes ao posicionamento usualmente de oposição de Bolsonaro em relação ao Bolsa Família. Em uma tentativa de

coletar votos da região Nordeste, Bolsonaro contraria suas próprias declarações passadas, em que se refere ao povo nordestino como “proveitadores” e “acomodados”.

Como forma de alterar o próprio discurso, as críticas à natureza do PBF dão lugar a críticas em relação à implementação e acompanhamento da política pública. Alegando a existência de fraudes no programa, Bolsonaro cria a narrativa que irá combater e corrigir estes problemas caso seja eleito:

Historicamente são milhares as fraudes no Bolsa Família, que vão de políticos até curioso caso de animal doméstico. São milhões que deixam de chegar às famílias que realmente precisam, perpetuando a miséria. Garantir a destinação correta já resultará num grande impacto positivo. (@jairbolsonaro, tweet, 04/09/2018).

É preciso inverter a lógica em torno do programa, usado pela esquerda como voto de cabresto. Se está no Bolsa Família quem não tem renda, o desemprego é bem maior no Brasil. A eficiência deve ser medida pelas pessoas que deixarão de precisar do benefício. (@jairbolsonaro, tweet, 04/09/2018).

Combatendo as muitas fraudes que desviam o dinheiro para quem não precisa, além de manter, poderemos ampliar o Bolsa Família. E vamos além! Nosso objetivo é fazer com que cada vez menos pessoas precisem de ajuda do governo, oferecendo qualificação, emprego e dignidade. (@jairbolsonaro, tweet, 04/10/2018).

Em outubro do mesmo ano, em publicação na rede social Twitter, Bolsonaro alega se tratar de fake News às afirmações de que caso vencesse as eleições poderia cancelar políticas sociais destinadas à população de baixa renda, como o PBF:

Quão canalha e cara de pau alguém tem que ser pra se colocar como vítima de Fake News enquanto espalha aos quatro cantos que votei contra deficientes, que vou aumentar imposto pra pobre, acabar com bolsa-família, com licença maternidade, 13º salário e mais um monte de mentiras? (@jairbolsonaro, tweet, 19/10/2018).

Um ano depois, em outubro de 2019, agora eleito Presidente da República, Bolsonaro realizou uma solenidade no palácio do planalto para a assinatura da medida provisória que instituiu o 13º do Bolsa Família. Durante o evento declarou que a medida era “uma grande conquista dessas pessoas que tanto necessitam e ficaram esquecidas por muito tempo”.

Um dia depois da ocasião, postou um tweet em que alegava novamente estar sendo vítima de fake News em uma tentativa de “apagar” seu posicionamento reacionário em relação ao PBF no período anterior à campanha presidencial.

Uma das várias Fake News espalhadas contra mim na campanha era de que eu acabaria com o Bolsa Família. Nesta tarde, como presidente, assinei MP que cria o 13º do Bolsa Família, que será pago partir deste ano, com recursos oriundos do combate às fraudes no programa. Grande dia! ? (@jairbolsonaro, tweet, 16/10/2019).

Em seu primeiro ano de mandato como Presidente, Bolsonaro ainda fazia críticas diretas à natureza do PBF. Em março, durante uma transmissão em suas redes sociais, Bolsonaro voltou a criticar o PBF, apresentando uma declaração do Ministro da Cidadania de seu governo, Osmar Terra, em que este apontava um menor desenvolvimento intelectual de crianças filhas de beneficiárias do PBF, em relação à média mundial.

Ele fez um levantamento com 3 mil famílias que recebem Bolsa Família. Pegou a garotada de 0 a 3 anos e acompanhou por algum tempo. Chegou-se à conclusão que o desenvolvimento desses 'filhos do Bolsa Família' chegou a um terço da média mundial. (Jair Bolsonaro em transmissão veiculada em suas redes sociais, 18/03/2019).

Mais tarde, em julho de 2019, durante uma entrevista concedida à imprensa estrangeira, Bolsonaro criticou os programas de transferência de renda, afirmando que no Brasil, se condicionou conceder bolsas ao invés de conhecimento.

Agora adotou-se no Brasil, do Governo de Fernando Henrique para cá, depois o PT, que distribuição de riquezas é criar bolsas. Somos o país das bolsas! E o que faz tirar o homem ou a mulher da miséria é o conhecimento. (Jair Bolsonaro em entrevista concedida à imprensa estrangeira em 19/07/2019).

Percebe-se que o tom das declarações de Bolsonaro se tornou mais moderado e menos agressivo. A crítica ao PBF, apesar de muito clara, não cita o nome do Bolsa Família especificamente.

Na mesma entrevista, o ex-Presidente da República voltou a negar a existência e gravidade dos problemas sociais no Brasil, afirmando se tratar de uma “grande mentira” a condição de miséria e fome presente na realidade de milhões de Brasileiros.

Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora passar fome, não. Você não vê gente pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países por aí pelo mundo. (Jair Bolsonaro em entrevista concedida à imprensa estrangeira em 19/07/2019).

Em agosto de 2019, Bolsonaro publicou uma fala do mesmo teor do Ministro da Cidadania de seu governo, Osmar Terra:

Da série João 8:32 - EXISTE FOME NO BRASIL? "Somados Bolsa Família, BPC e Aposentadoria Rural, há uma massa de R\$ 200 bilhões que vão p/ o bolso dos mais pobres todos ano. Logo, se você entender a fome como sistêmica e endêmica, o Brasil não a tem." Osmar Terra, Min da Cidadania. (@jairbolsonaro, tweet, 05/08/2019).

Durante o período analisado neste estudo, Bolsonaro fez 19 citações negativas ao PBF. Com a mudança discursiva ocorrida durante o período eleitoral, Bolsonaro concedeu 3 citações neutras e apenas duas citações positivas ao programa. Entretanto, algumas declarações negativas foram veiculadas após o período eleitoral.

Apesar do “apoio” concedido por Bolsonaro ao PBF após a campanha eleitoral, o já então presidente nega a fome e a miséria como problemas sociais genuínos e dignos de mobilização do Governo Federal para combatê-los.

Esta afirmação revela uma visão limitada e reducionista acerca do papel do Estado e dos programas sociais, como o PBF e é uma negação das mazelas que atingem a população mais vulnerável socioeconomicamente.

Este discurso negacionista, reforça as ideias de Telles (1993, p. 2) que afirma que a pobreza na sociedade Brasileira é vista como “efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades” excluindo a “dimensão ética da vida social, pela recusa dos fundamentos da responsabilidade pública e da obrigação social”.

5. Considerações Finais

Este trabalho de conclusão de curso buscou analisar as declarações de Jair Messias Bolsonaro sobre os Programas de Transferência de renda, em especial, o Programa Bolsa Família, com o intuito de investigar como estas Políticas públicas são representadas por Bolsonaro e os veículos de imprensa que repercutem suas declarações. Ademais, verificar se houveram mudanças no discurso adotado por Bolsonaro em relação aos programas de transferência de renda durante sua trajetória política.

Esta análise possibilitou identificar nas Declarações de Bolsonaro, um discurso utilitarista, contraditório e por muitas vezes inverídico em relação à natureza e resultados do PBF.

Em várias ocasiões de sua trajetória política, o presidente Jair Bolsonaro manipula as informações que indicam que o Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública de grande relevância na luta contra a fome e a pobreza. Além disso, Bolsonaro alega existirem

erros na execução e fiscalização do programa, que não correspondem à realidade constatada por inúmeros estudos.

Como apresentado em inúmeros estudos citados anteriormente, o PBF é um programa fundamental para o combate à exclusão social, redução da desigualdade de renda e promoção da cidadania no Brasil. Ao escolher ignorar estas evidências, Bolsonaro adota uma postura negacionista em relação ao PBF, bem como às mazelas sociais às quais o programa tenta combater, como a fome e pobreza.

Ao analisar o teor das declarações de Bolsonaro através do tempo, se mostrou evidente uma grande mudança no tom das declarações feitas pelo político, em relação ao PBF durante a Campanha Eleitoral de 2018. A Partir do período de campanha, observou-se que as suas declarações se tornaram menos reacionárias e em alguns casos, positivas, em relação ao PBF.

Não obstante, após se tornar Presidente da República, Bolsonaro ainda manteve, em diversas ocasiões, citações negativas e pejorativas em relação à parcela atendida pelo PBF, além de questionar a relevância do combate à fome e à pobreza, negando inclusive a existência destas problemáticas no Brasil.

Na maioria de suas declarações, Bolsonaro distorce os resultados do PBF, questionando a efetividade e relevância do programa. Neste contexto, destaca-se que as críticas de Bolsonaro ao Bolsa Família se encaixam nas características do neopopulismo baseado em redes sociais, como a construção de narrativas simplistas e emocionalmente apelativas, a centralidade da imagem do líder político em detrimento das instituições democráticas e o uso massivo de redes e recursos de comunicação instantânea baseados em internet (Mazzoleni, 2014).

Ademais, reforçam a afirmação de Rego e Pinzani (2014), que defendem a existência de um pensamento liberal dominante na sociedade brasileira, que marginaliza a pobreza e a falta de acesso de indivíduos socioeconomicamente vulneráveis aos bens de consumo, à medida que deprecia as políticas de promoção de cidadania e os indivíduos que delas se beneficiam.

As mudanças no discurso e no tom das declarações de Bolsonaro, tornam possível afirmar que estas foram concedidas visando meramente atender a interesses políticos, tendo em vista que o teor das declarações foram sendo modificados de forma brusca e frequente, através do tempo, variando de acordo com a ocasião.

Como limitações da pesquisa, destaca-se a necessidade de maior aprofundamento na investigação dos motivos que levaram à mudança no discurso de Bolsonaro. Tendo em vista a

complexidade do cenário político que permeia o período investigado, sugere-se que este aspecto seja analisado com maior amplitude em trabalhos futuros.

Além disso, expressa-se a necessidade de verificar a natureza das declarações de Bolsonaro em relação a outras Políticas Públicas Sociais em vigor no Brasil, assim como investigar as declarações de Bolsonaro em relação aos programas de transferência de renda após o ano de 2020.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. **O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil**. In: CAMPELLO, Tereza et al. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BICHIR, Renata Mirandola. **O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda**. Novos estudos CEBRAP, n. 87, p. 115-129, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de Fev., 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 de Jan., 2021.

CAMPELLO, Tereza et al. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

CAPELLA, A. C.; BRASIL, F. **Agenda-setting: mídia e opinião pública na dinâmica de políticas públicas**. Compolítica, v. 8, n. 1, p. 123-146, 12 ago. 2018.

CAPELLA, Cláudia Niedhardt. **Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas**. Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro, Caxambu: MG. 2005

CASTRO, Jorge Abrahão; CARDOSO JR., José Celso. **Gasto Social do Governo Federal de 1988 a 2002**. In: Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Reimpressão 2009. Brasília: IPEA, 2009. Cap. 6, p. 261-318.

CARVALHO, Alice Teles de; ALMEIDA, Erika Rodrigues de; JAIME, Patrícia Constante. **Condicionalidades em saúde do programa Bolsa Família – Brasil: uma análise a partir de profissionais da saúde**. Saúde soc., São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1370-1382, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000401370&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Mar. 2021.

CHAGAS, Viktor. **Uma alternativa para escapar à tabloidização ou uma forma de tabloidização alternativa? O mercado brasileiro de jornais populares e a economia política da imprensa escrita**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 22, p. 7-48, Apr. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522017000100007&lng=en>

n&nrm=iso>. Acesso em: 18 de Mar., 2021.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis. RJ.: Vozes, 1996.

CIOCCARI, D.; EZEQUIEL, V. de C. **Discurso de ódio na tribuna da Câmara dos Deputados**. Revista de Estudos Universitários - REU, [S. l.], v. 43, n. 1, 2017. DOI: 10.22484/2177-5788.2017v43n1p209-225. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/3002>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CONCEIÇÃO, Pedro. **Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano. 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021.

COUTINHO, Diogo, R. **Capacidades estatais no programa Bolsa Família: O desafio de consolidação do sistema único de assistência social**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Edições Mobilis in MóBILE, 1991.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Tempo, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, Junho de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 10 de Mar., 2021.

OLIVEIRA, Israel Dias de. **O que é jornalismo declaratório?** 2018. Disponível em: <<https://livro-reportagem.com.br/o-que-e-jornalismo-declaratorio/>>. Acesso em: 11 de Mar., 2021.

EASTON, D. **A framework for political analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

FAGNANI, Eduardo. **A Política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. SER Social, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 41-80, 2011. DOI: 10.26512/ser_social.v13i28.12682.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista Katálysis [online]. 2007, v. 10, n. 1 [Acessado 26 Abril 2022], pp. 65-74. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000100008>>.

GODOY, A. S.. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. Rev. adm. empres., 1995 35(2), mar. 1995.

HOFFMANN, Rodolfo. **Transferências de Renda e Desigualdade no Brasil (1995-2011)**. In: CAMPELLO, Tereza et al. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família**. Dados, v. 52, n. 1, p. 53-83, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de Jan., 2021.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva; FONSECA, Francisco César Pinto da; HOLANDA, Bruna de Moraes. **Imagens e narrativas do Bolsa Família: análise da retórica da grande imprensa.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 5, p. 879-898, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122019000500879&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de Mar., 2021.

MARSHALL T.H., **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MAZZOLENI, Gianpietro. **Mediatization and Political Populism. In: Mediatization of Politics: Understanding the Transformation of Western Democracies.** New York, Palgrave Macmillan, 2014.

MELLO, Igor. **Antes de ampliar Bolsa Família, Bolsonaro defendeu fim do benefício.** Uol, Rio de Janeiro, RJ. 17 de outubro de 2019. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/17/antes-de-ampliar-bolsa-familia-bolsonaro-defendeu-fim-do-beneficio.htm>>. Acesso em: 17 de Dezembro de 2020.

MIGUEL, L. F. (2002). **Os meios de comunicação e a prática política.** Lua Nova, 55-56: 155-184.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma análise comparativa das transferências sociais.** In: CAMPELLO, Tereza et al. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. **Do bolsa família ao Brasil sem miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema.** In: CAMPELLO, Tereza et al. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

PAIVA, Luis Henrique et al. **The Effects of Conditionality Monitoring on Educational Outcomes: Evidence from Brazil's Bolsa Família Programme.** Bras. political sci. rev., São Paulo, v. 15, n. 1, e0006, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212021000100203&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de Jan., 2021.

PENTEADO, Claudio Camargo; FORTUNATO, Ivan. **Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 30, n. 87, p. 129, 2 fev. 2015.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham: Chatham House, 1986.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** 2 ed. São Paulo: Unesp, 2014.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Orçamento do Bolsa Família cresce 60% para 2013. Comunicação Social. 2012.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imp>>

rensa/ultimas_noticias/2012/11/30-11-orcamento-do-bolsa-familia-cresce-60-para-2013>.
Acesso em: 19 de Fev., 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2005.

SIMÕES, Patrícia; SOARES, Ricardo Brito. **Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias**. Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 445-468, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402012000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 de Fev., 2021.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Texto para Discussão, IPEA, n. 1.424, 2009.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. **Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães**. Econ. soc., Campinas, v. 19, n. 3, p. 613-635, 2010.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 1993.